



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Solicita a Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra da Saúde, Nísia Trindade, pedido de informações a respeito da demora na disponibilização da vacina contra a dengue para a população brasileira, considerando a aprovação de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde março de 2023 e a persistência de altos índices de casos e mortes relacionadas à doença.

A última atualização do Painel de Monitoramento das Arboviroses¹, até a data de protocolo deste requerimento, publicada pelo Ministério da Saúde, registrou 364.855 casos prováveis de dengue até a data de ontem, 06 de fevereiro de 2024. Segundo este levantamento, o país perdeu 40 vidas para a doença, e outras 265 mortes estão sendo investigadas.

Em março de 2023, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou um imunizante produzido pelo laboratório japonês Takeda, com 80% de eficácia no enfrentamento da doença². Contudo, de acordo com as declarações feitas pelo Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde³, Carlos Gadelha, em

¹ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>

² <https://www.revistaeste.com/brasil/ministerio-da-saude-ignora-vacina-importada-contr-a-dengue-e-espera-por-nacional/>

³ <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2023/07/dengue-ministerio-da-saude-prioriza-produto-nacional-e-vacina-deve-ficar-para-2025.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Julho de 2023, a prioridade era fortalecer a produção nacional no caso da vacina da dengue.

Ou seja, em meio a recordes de casos da doença, o governo optou por priorizar uma vacina que estava sendo desenvolvida pelo Instituto Butantan desde 2009. O imunizante nem sequer teve a pesquisa finalizada, havendo informações de que sua liberação pela Anvisa poderia ocorrer apenas em 2025.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Saúde ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

- 1- Quais foram os critérios utilizados pelo governo para priorizar um produto nacional, ainda em fase de estudos, em detrimento de uma vacina importada com eficácia comprovada, especialmente considerando o recorde de mortes por dengue registrado no Brasil em 2023⁴?
- 2- Qual foi o processo de tomada de decisão dentro do Ministério da Saúde para determinar a espera de uma possível liberação de uma vacina nacional que ainda não teve sua pesquisa finalizada e poderia ser aprovada pela Anvisa apenas em 2025, em vez de optar pela aquisição imediata de uma vacina aprovada e disponível?
- 3- Quais medidas específicas foram tomadas pelo Ministério da Saúde para acelerar o processo de compra e distribuição da vacina contra a dengue, após a sua aprovação pela Anvisa em março de 2023 e diante do crescente número de casos registrados?
- 4- Qual foi o embasamento técnico-científico utilizado pelo Ministério da Saúde para justificar a escolha de priorizar a vacinação apenas para a faixa etária de 10 a 14 anos, considerando que a vacina japonesa aprovada pela Anvisa pode ser aplicada em crianças a partir de 4 anos e em adultos até os 60 anos?
- 5- Por que o Brasil, sendo o país com metade dos casos mundiais de dengue, não priorizou a busca por uma parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) com acordo de transferência de tecnologia para produzir a

⁴ <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/12/29/dengue-brasil-bate-recorde-de-mortes-pela-doenca-em-2023.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

vacina contra a dengue, diante da urgência da situação epidemiológica e do recorde de mortes causadas pela doença em 2023?

- 6- Houve alguma avaliação prévia sobre a viabilidade e os benefícios de estabelecer uma parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) para produção nacional da vacina contra a dengue, levando em consideração a capacidade técnica e científica do país?
- 7- Quais foram os critérios utilizados pelo governo para determinar a alocação das doses de vacina contra a dengue, considerando que apenas 1,1% da população será imunizada⁵ e que a entrega das doses ocorrerá de forma escalonada até novembro deste ano?

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os alarmantes dados epidemiológicos relacionados à dengue no Brasil, é crucial que o Parlamento exerça seu papel fiscalizador e busque esclarecimentos acerca das políticas e decisões adotadas pelo Ministério da Saúde em relação à vacinação contra essa doença.

Segundo informações disponíveis, o Brasil enfrenta um aumento significativo no número de casos de dengue, com um recorde de mortes registradas em 2023⁶. Este ano, mesmo com uma vacina contra a dengue aprovada pela Anvisa desde março de 2023, ainda não houve uma resposta célere por parte do governo em disponibilizá-la para a população.

A situação se agrava diante do cenário alarmante de aumento significativo no número de casos de dengue, acompanhado pelo recorde de mortes registrado em 2023. Mesmo com uma vacina contra a dengue aprovada pela Anvisa desde março de 2023, o governo demorou em implementar medidas eficazes para disponibilizá-la à população. A opção de priorizar uma vacina nacional, apesar da existência de uma alternativa já aprovada e comprovadamente eficaz, evidencia uma lacuna na resposta do governo à crise de saúde pública. Esta postura levanta questões sobre a eficiência das políticas adotadas e a proteção da saúde da população, destacando a necessidade de uma análise rigorosa dos critérios e das justificativas por trás dessa decisão.

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/01/brasil-tem-doses-para-vacinar-apenas-11-da-populacao-contr-a-dengue.shtml>

⁶ <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/12/29/dengue-brasil-bate-recorde-de-mortes-pela-doenca-em-2023.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Portanto, o requerimento de informações se faz essencial para esclarecer à população os motivos pelos quais uma vacina já aprovada pela Anvisa não foi disponibilizada de forma imediata, bem como para entender os critérios utilizados para priorizar uma vacina nacional ainda em fase de aprovação. Além disso, é fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas por parte do Ministério da Saúde quanto às suas ações e estratégias para combater a epidemia de dengue no país.

Tendo em vista o papel fiscalizador da atuação governamental que compete ao parlamento, encaminho os questionamentos acima com o objetivo de trazer maior compreensão sobre os fundamentos da decisão.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2024.

Deputado NIKOLAS FERREIRA

PL/MG

